

TERMO DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 07/2023
CONTRATO Nº 356/2024

O **MUNICÍPIO DE MARAU - RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 355, na cidade de Marau – RS, CEP 99.150-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **IURA KURTZ**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Raquel Oltramari, nº 816, Centro, nesta cidade de Marau - RS, doravante denominado **CREDENCIANTE** e **FERNANDA ZUCHI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 56.365.618/0001-00, com sede na Rua Abrahão Trentin, nº 239, Pavilhão 01, Bairro Borges de Medeiros, na cidade de Marau – RS, CEP 99.150-000, neste ato representada pelo sócio administrador Senhor FERNANDA ZUCHI, inscrito no CPF sob o nº 963.621.200-78, doravante denominada **CREDENCIADA**, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, com fundamento no **Credenciamento Público nº 07/2023** e em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1.ª. O presente termo tem por objeto o *Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a execução de serviços nos veículos, máquinas e equipamentos do Município*.

Cláusula 2.ª. A vigência do Termo de Credenciamento inicia na data de sua assinatura, **findando em 31 de outubro de 2025**, podendo ser prorrogada, nos limites legais, a critério da Administração, mediante decisão fundamentada, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

Cláusula 3.ª. Os serviços a serem executados deverão seguir rigorosamente o Termo de Referência e o Edital, sendo que os dois fazem parte integrante deste Termo para todos os fins, independentemente de transcrição.

Cláusula 4.ª. O credenciamento não gera qualquer direito adquirido a prestação dos serviços, os quais somente serão utilizados quando da ocorrência de necessidade pelo Município, quando então serão convocadas a(s) empresa(s) a executá-lo, devendo o Município respeitar a ordem de rodízio entre as Credenciadas.

Cláusula 5.ª. É vedada a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

Cláusula 6.ª. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CREDENCIADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste Credenciamento Público, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula 7.ª. Da execução:

§1º. Para a perfeita execução dos trabalhos a **CREDENCIADA** deverá possuir todos os equipamentos imprescindíveis para sua consecução.

§2º. Todo e qualquer serviço somente poderá ser executado mediante apresentação de Ordem de Serviço, emitida pelo Município, onde deverá constar a identificação do veículo/equipamento, nome do servidor municipal solicitante/fiscalizador, dados dos serviços a serem executados e a Secretaria solicitante.

§3º. A **CREDENCIADA** uma vez convocada, deverá manifestar-se formalmente, ainda que por documento eletrônico, sua impossibilidade de atendimento, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação**, sob pena de descredenciamento e aplicação de penalidades administrativas.

§4º. No prazo de **2 (dois) dias úteis** a **CREDENCIADA** deverá apresentar ao Fiscal do Contrato, o relatório com o diagnóstico dos serviços, com a estimativa de tempo para a realização do serviço, e a relação das peças para a execução da manutenção.

§5º. De posse do diagnóstico dos serviços, o Fiscal do Contrato realizará a avaliação orçamentária, retornando a Credenciada no prazo de **2 (dois) dias úteis**, para a execução dos serviços.

§6º. Caso o Município opte pela não execução do serviço, a **CREDENCIADA** será paga pelo levantamento executado com os valores baseando-se nos itens 5 ao 10, lote 06, da tabela disposta na **Cláusula 10.ª** deste termo.

§7º. Todos os prazos citados acima, poderão ser prorrogados, por igual período, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



§8º. Para todos os itens, o conserto deverá ser efetuado **exclusivamente** na sede da **CREDENCIADA**, sendo que esta deverá estar localizada a uma distância máxima de até 100 (cem) quilômetros da sede do Município.

§9º. As peças necessárias para a execução dos serviços, serão fornecidas pelo Município, sendo elas genuínas, não sendo permitido qualquer troca destas, por peças paralelas ou de outra procedência.

§10º. O Município reserva-se o direito de pedir a substituição de algum funcionário que não atenda aos serviços solicitados.

§11º. A **CREDENCIADA** será responsável pelo atendimento a todas as normas legais, especialmente ao(s) licenciamento(s) ambiental(is) exigidos pelos órgãos competentes, para a regular prestação dos serviços objeto do presente credenciamento.

§12º. A **CREDENCIADA** deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho e diligenciar para que os seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI).

§13º. A **CREDENCIADA** deverá executar o serviço atendendo aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, com a quantidade de horas previamente estipulada para cada serviço, ou na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pelo fabricante, zelando e assumindo inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução dos serviços contratados, com mão de obra qualificada, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias à execução dos serviços, e as suas despesas sem alteração do valor dos serviços, assegurando ao Município o direito de fiscalizar, sustar, recusar, ou refazer qualquer orçamento, serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da **CREDENCIADA**, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Município eximirá a Credenciada de suas responsabilidades provenientes do Instrumento.

Cláusula 8.ª. Do recebimento dos serviços:

§1º. Para o recebimento do objeto do Termo de Credenciamento, o Município designa os servidores nomeados pelas Portarias nº 27/2024 nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

I. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da execução do serviço, com a emissão do respectivo Termo de Provisório, para posterior verificação da conformidade com o solicitado no termo de credenciamento.

II. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da execução do serviço, com a emissão do respectivo Termo de Definitivo, após a verificação da conformidade com o solicitado no termo de credenciamento.

§2º. O **CREDENCIANTE** receberá o objeto e lavrará Termo de Recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do Município, poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento definitivo.

§3º. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de credenciamento, devendo ser corrigido no **prazo de 3 (três) dias úteis**, a contar da notificação efetuada pelo Fiscal do Contrato, às custas da Credenciada, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

§4º. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CREDENCIADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo de Credenciamento.

Cláusula 9.ª. Da garantia dos serviços:

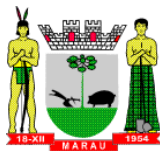
§1º. Será exigida garantia dos serviços prestados conforme as previstas no Código do Consumidor.

§2º. A garantia dos serviços prestados compreende a substituição de material, defeitos de funcionamento, montagem, desgaste prematuro, envolvendo obrigatoriamente, a substituição das peças e o refazimento dos serviços.

§3º. O período de garantia dos serviços ofertados deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo.

§4º. Para serviços de reforma de motores (reforma geral ou parcial), o período de garantia mínimo para os serviços deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

§5º. No período de garantia, caso o Município perceba algum defeito, seja por não ter atingido o resultado oferecido ou por defeito recorrente, o Município solicitará a Credenciada que o serviço seja refeito e entregue no prazo estipulado pela Município sem custos adicionais.



§6º. Durante o período de garantia, o Município não efetuará nenhum tipo de pagamento ao credenciado a título de deslocamento de pessoal, equipamentos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, mão de obra e outros, devendo a Credenciada fornecer o suporte técnico necessário ao perfeito uso do objeto.

§7º. O prazo de atendimento e solução dos problemas é de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação. Não havendo qualquer manifestação, o Município providenciará o conserto e/ou realização do serviço devendo ser indenizado pela **CREDENCIADA**.

§8º. Caso o defeito persistir, o Município poderá exigir da **CREDENCIADA** a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

Cláusula 10.^a. O **CREDENCIANTE** fiscalizará os serviços decorrentes desse Termo, o que fica a cargo dos servidores nomeados pela Portaria nº 40/2024, bem como dos servidores nomeados pelas Portarias nº 113/2023 e 115/2023, não excluindo ou restringindo a responsabilidade da **CREDENCIADA** na prestação dos serviços, objeto desse Termo.

§1º. O **CREDENCIANTE** reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade fiscal das empresas **CREDENCIADA**, sendo que estas deverão obrigatoriamente comprovar o recolhimento dos respectivos encargos.

§2º. O **CREDENCIANTE** reserva-se o direito de acompanhar os serviços solicitados através dos responsáveis mencionados, para acompanhar a execução dos serviços, podendo propor correções, sugerir reparos, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinar o que for necessário para regular as faltas ou defeitos observados.

§3º. O e-mail indicado na declaração de endereço eletrônico, qual seja zuchifernanda@hotmail.com será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de possíveis documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

§4º. A **CREDENCIADA** deverá indicar, ao Fiscal do contrato, um preposto/encarregado pelos serviços, que terá a atribuição de administrar, acompanhar, fiscalizar e supervisionar todos os serviços a serem prestados, cabendo ao mesmo formalizar todos os atos necessários para sua boa execução, controle e fiscalização, encaminhando-os de imediato ao Município e à Credenciada. O mesmo será o responsável pelo contrato e responderá pela empresa junto ao Município.

§5º. O Município comunicará a **CREDENCIADA** por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

Cláusula 11.^a. Das obrigações da **CREDENCIADA**:

§1º. A **CREDENCIADA** cumprirá todas as obrigações constantes neste Termo e no Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

§2º. Proceder a prestação dos serviços no prazo e local fixados;

§3º. Considerar os preços propostos completos e suficientes para a prestação dos serviços desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da **CREDENCIADA**;

§4º. Arcar com os encargos previdenciários e trabalhistas, nos termos do art. 121 da Lei 14.333/2021, e demais encargos tributários, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do fornecimento do serviço, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre a prestação dos serviços objeto deste credenciamento;

§5º. Indenizar terceiros e ao Município os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do termo de credenciamento, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/2021;

§6º. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;

§7º. Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

§8º. Corrigir as suas custas, no prazo estabelecido neste Termo e no Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), qualquer serviço executado em desacordo;

§9º. Prestar informações sobre a prestação dos serviços do objeto;

§10º. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas;



Cláusula 12.^a. Pelo objeto ora ajustado, o MUNICÍPIO pagará à **CREDENCIADA**, o valor conforme as tabelas abaixo:

LOTE 01 - TIPO DE SERVIÇO: MECÂNICO VEÍCULO

Item	Un	Código	Quantidade estimada – ano (para todas as credenciadas)	Objeto	Valor unitário
01	Hora	34155	1500	Serviços de mecânica de automóveis e similares.	R\$ 88,15
02	Hora	34156	1000	Serviços de mecânica de ambulâncias, vans e similares.	R\$ 98,52
03	Hora	34157	2000	Serviços de mecânica de micro-ônibus, caminhão, ônibus e similares.	R\$ 129,63
04	Hora	34158	500	Serviços de mecânica especializada de automóveis e similares (motor, caixa, transmissão).	R\$ 103,71
07	KM	34161	3.000	Deslocamento para prestação de serviços (socorro) de mecânica nos caminhões, ônibus, automóveis e similares (valor por km rodado).	R\$ 3,58

LOTE 3 - TIPO DE SERVIÇO: ELETRICISTA MECÂNICO VEÍCULO

Item	Un	Código	Quantidade estimada – ano (para todas as credenciadas)	Objeto	Valor unitário
01	Hora	34167	1000	Serviços de eletricista mecânico de automóveis e similares.	R\$ 88,15
02	Hora	34168	1000	Serviços de eletricista mecânico de ambulâncias, vans e similares.	R\$ 98,52
03	Hora	34169	1000	Serviços de eletricista mecânico microônibus, caminhão, ônibus e similares.	R\$ 129,63
04	KM	34170	3.000	Deslocamento para prestação de serviços (socorro) de eletricista mecânico nos caminhões, ônibus, automóveis e similares (valor por km rodado).	R\$ 3,58

LOTE 4 - TIPO DE SERVIÇO: ELETRICISTA MECANICO MÁQUINAS

Item	Un	Código	Quantidade estimada – ano (para todas as credenciadas)	Objeto	Valor unitário
01	Hora	34171	1000	Serviços de eletricista mecânico de máquinas agrícolas (trator, implementos e similares)	R\$ 134,82
02	Hora	34172	1000	Serviços de eletricista mecânico de máquinas rodoviárias (rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e similares)	R\$ 155,56
03	KM	34173	3.000	Deslocamento para prestação de serviços (socorro) de eletricista mecânico nas máquinas agrícolas e rodoviárias (valor por km rodado).	R\$ 3,58

LOTE 6 - TIPO DE SERVIÇO: TAXA DE UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS

Item	Un	Código	Quantidade estimada – ano (para todas as credenciadas)	Objeto	Valor unitário
01	Un.	34179	75	Serviços de troca de óleo e filtros para automóveis e similares.	R\$ 62,22
02	Un.	34180	75	Serviços de troca de óleo e filtros de micro-ônibus, caminhão, ônibus e similares.	R\$ 119,26
05	Un.	34183	300	Serviços de diagnóstico simples para veículos e máquinas.	R\$ 103,71
06	Un.	34184	60	Serviços de scanner para diagnostico de automóveis e similares - mecânico e elétrico.	R\$ 103,71
07	Un.	34185	60	Serviços de scanner para diagnostico de ambulâncias, vans e similares - mecânico e elétrico.	R\$ 176,30
08	Un.	34186	60	Serviços de scanner para diagnostico de micro-ônibus, caminhão, ônibus e similares - mecânico e elétrico.	R\$ 207,42
09	Un.	34187	60	Serviços de scanner para diagnostico de máquinas agrícolas (trator, implementos e similares) - mecânico e elétrico.	R\$ 222,97



10	Un.	34188	60	Serviços de scanner para diagnóstico de máquinas rodoviárias (rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e similares) - mecânico e elétrico.	R\$ 362,98
----	-----	-------	----	---	------------

LOTE 8 - TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO.

Item	Un	Código	Quantidade estimada – ano (para todas as credenciadas)	Objeto	Valor unitário
01	Hora	34202	60	Serviços de inspeção e manutenção de ar condicionado para automóveis e similares.	R\$ 103,71
02	Hora	34203	60	Serviços de inspeção e manutenção de ar condicionado para ambulâncias, vans e similares.	R\$ 114,08
03	Hora	34204	60	Serviços de inspeção e manutenção de ar condicionado para micro-ônibus, caminhão, ônibus e similares.	R\$ 114,08
04	Hora	34205	60	Serviços de inspeção e manutenção de ar condicionado para máquinas agrícolas (trator, implementos e similares).	R\$ 114,08
05	Hora	34206	60	Serviços de inspeção e manutenção de ar condicionado para máquinas rodoviárias (rolo compactador, motoniveladora, pá carregadeira, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e similares).	R\$ 155,56

§1º. O valor fixado para fins de credenciamento, constam na Tabela acima, e respectiva unidade de medida, estando incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão-de-obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais, entre outros, restando a responsabilidade exclusiva e integral da empresa Credenciada, a disponibilização de pessoal para execução dos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município de Marau.

§2º. No valor fixado acima não estão consideradas as peças de reposição, sendo essas adquiridas e fornecidas pelo Município de Marau, conforme a necessidade e prévia solicitação da empresa **CREDENCIADA**.

§3º. O pagamento será efetuado, até o 10º dia útil, a contar do recebimento da fatura, e aprovação pelo fiscal do contrato e pela Secretaria solicitante.

§4º. A **CREDENCIADA** deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de Fatura, em local de fácil visualização, a identificação do Processo Licitatório que deu origem a prestação do serviço, a fim de acelerar o trâmite da execução do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

§5º. O CNPJ da **CREDENCIADA** constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

§6º. É assegurado ao Município o direito de efetuar retenções tributárias incidentes sobre a relação contratual previstas na legislação, incluindo o ISSQN, INSS e o Imposto de Renda, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

§7º. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

§8º. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

I. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, atualizados e validados até o prazo de pagamento estipulado no presente contrato;

II. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CREDENCIADA**.

§9º. O pagamento à **CREDENCIADA**, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

§10º. A **CREDENCIADA** a deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

§11º. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a **CREDENCIADA** adote as



medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a Credenciada ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

§12º. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a Credenciada apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela Credenciada.

§13º. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

§14º. Para fins de pagamento, a **CREDENCIADA**, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da **CREDENCIADA** a. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§15º. Poderá ser emitida nota de empenho em substituição ao contrato nas situações mencionadas nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133/21.

§16º. Toda a documentação solicitada deverá ser entregue a partir do dia **26 (vinte e seis)** até no máximo dia **30 (trinta)** de cada mês, para que os pagamentos possam ser efetuados dentro dos prazos estipulados, conforme acima.

Cláusula 13.ª. Para contratação do objeto deste credenciamento, os recursos previstos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Dotações
Secretaria Municipal de Administração	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 00/03/01 ORGAOS SUBORDINADOS FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 04.122.0002.2009.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.90.39.19 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS FICHA: 64.

Cláusula 14.ª. No caso de a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, utilizando-se como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tendo como data base a de abertura do credenciamento (agosto/2023).

Cláusula 15.ª. Na vigência do contrato, a **CREDENCIADA**, estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

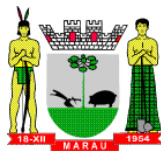
IV. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

V. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§1º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§2º. No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§3º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.



§4º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Cláusula 16.^a Além das condições previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser extinto, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

I. Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a **CREDENCIADA**, nesta hipótese, pela execução até a data da ordem de paralisação, excluindo o montante das multas a pagar.

II. Pelo **MUNICÍPIO**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CREDENCIADA**, excluindo o montante das multas a pagar.

III. Pelo **MUNICÍPIO**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CREDENCIADA** o direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
- c) Abandono ou sublocação total ou parcial do serviço;
- d) Manifesta deficiência do serviço;
- e) Falta grave ao Juízo do Município;
- f) Falência ou insolvência;
- g) Não der início às atividades no prazo previsto.

IV. Pela **CREDENCIADA**, na hipótese de ocorrer atraso superior a 30 (trinta) dias, sem justificativa plausível, do pagamento mensal ora definido.

V. O **CREDENCIANTE** poderá proceder o descredenciamento, em casos de má prestação do objeto, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

Cláusula 17.^a Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Credenciamento Público nº 07/2023, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

Cláusula 18.^a Incumbirá ao **CREDENCIANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 19.^a As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento nos expressos termos em que foi lavrado.

Marau, 13 de novembro de 2024.

FERNANDA ZUCHI LTDA
CREDENCIADA

MUNICÍPIO DE MARAU
CREDENCIANTE

Evelyn Lauren Machado
Assessora Jurídica
OAB/RS 129.424